Ref. PA – 1.27.000.002962/2017-51

RECOMENDAÇÃO PRDC n.º 1 /2018

Excelentíssimo Senhor Secretário de Defesa Civil do Estado do Piauí,

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por intermédio do seu representante ora signatário, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 127, caput, e art. 129, incisos I, II e III da CF/88; art. 5º, inciso I, II, alínea “e”, art. 6º, inciso VII, alínea “a” e inciso XX todos da Lei Complementar n.º 75/93 e demais dispositivos pertinentes a este ato; bem como:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, inclusive com a propositura de Ação Civil Pública para defesa desses interesses, sem prejuízo da apuração nas esferas cível e criminal da responsabilidade pelos danos causados em razão de ação ou omissão;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que tramita na 5ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí a Ação Judicial nº 15781-03.2015.4.01.4000, que versa sobre a implementação de políticas públicas para o aproveitamento de potencial hídrico no Piauí (adutora do sertão), a qual motivou a instauração do presente Procedimento Administrativo para acompanhar o Processo Administrativo nº 0966/2017 da Secretaria Estadual de Defesa Civil do Estado do Piauí, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos especializados para ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE E PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA DO SISTEMA ADUTOR DO SERTÃO DO PIAUÍ (EVTE);

CONSIDERANDO que o Estado do Piauí, por meio da Secretaria Estadual de Defesa Civil do Piauí, celebrou o convênio SIAFI nº 842548 com a União Federal (Ministério da Saúde/FUNASA) para custear a despesa referente à contratação dos serviços técnicos especializados supracitados;

CONSIDERANDO o vultoso acervo técnico-científico, o elevado potencial de recursos tecnológicos, bem como de profissionais especializados, aliados às experiências anteriores consubstanciadas em estudos já realizados sobre os recursos hídricos subterrâneos (aquíferos “Cabeça” e “Serra Grande”), postos à disposição da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM e CODEVASF, conforme restou consignado em Ata de Reunião, ocorrida em 26/01/2018, na sede do MPF/PI;

RESOLVE, com fundamento nos artigos 127, caput e art. 129, incisos II e III da CF/88; e, art. 6º, inciso VII, alínea “a” e inciso XX da Lei Complementar n.º 75/93, **RECOMENDAR**:

A Vossa Excelência, que submeta todas as etapas de elaboração dos ESTUDOS DE VIABILIDADE E PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA DO SISTEMA ADUTOR DO SERTÃO DO PIAUÍ (EVTE), objeto do Processo Administrativo nº 0966/2017 da Secretaria Estadual de Defesa Civil do Estado do Piauí, à apreciação pela **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM e Companhia de**

Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, tendo em vista a maior capacidade técnica, recursos financeiros, complexidade do estudo, e, sobretudo, as experiências anteriores sobre o tema dos órgãos federais supramencionados.

PUBLIQUE-SE a presente recomendação no portal eletrônico do MPF/PRPI, nos termos do art. 23 da Resolução 87 do CSMPF.

Estabeleço o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de resposta quanto ao cumprimento da presente recomendação.

Teresina(PI), 26 de janeiro de 2018.

KELSTON PINHEIRO LAGES
Procurador da República
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão